



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Paulo Eduardo Silva GALVÃO (PPGE/UCDB –Campo Grande/MS)¹
Celeida Maria Costa de SOUZA E SILVA (PPGE/UCDB- Campo Grande/MS)²

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo abarcar a prática pedagógica dos professores do Atendimento Educacional Especializado, como ações resultantes da política institucional da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), desta forma, apontando a política institucional como inclusiva. O artigo é parte integrante da tese de doutorado intitulada: O direito à educação superior da pessoa com deficiência: análise da política institucional da universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2021 – 2025). Para isso, nos apropriamos para a análise dos documentos, Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI/2021-2025) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI/2021-2025), enquanto políticas institucionais. Na análise foi utilizada a Abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball (1994), com o enfoque centrado no Contexto da Prática. Segundo os autores, o contexto da prática é o lugar onde a política é sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. A análise dos documentos enquanto política institucional permite verificar que estratégias estão sendo adotadas, a fim de atender a prática da política institucional no que se refere à prática pedagógica do Atendimento Educacional Especializado. No interior das instituições é onde a política está sujeita à interpretação e à recriação de acordo com a realidade da IES e a sua localidade. É nessa localidade que a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Com isso conclui-se que as ações pedagógicas desenvolvidas pelo AEE possibilitam a análise de que a política institucional da UEMS se manifesta num movimento no qual a política é colocada em ação, pois os atores que encenam o ato de colocar a política em ação são os principais atores que vivenciam a política em si.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Educação Superior. Educação Especial.

¹ Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. paulo1970edu@gmail.com

² Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. celeidams@gmail.com



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

1 Introdução

O presente texto tem por objetivo abarcar a prática pedagógica dos professores do Atendimento Educacional Especializado, como resultado de ações no âmbito da política institucional da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), buscando apontar, dessa forma, a política institucional como inclusiva. Para isso, nos apropriamos da análise utilizando a Abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball (1994), com o enfoque centrado no Contexto da Prática.

A “Abordagem do Ciclo de Políticas” adota uma orientação pós-moderna, baseia-se nos trabalhos de Stephen Ball e de Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais. Em primeiro plano, os autores propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Cabe destacar, nesse sentido, que esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Em 1994, por exemplo, no livro *Education reform: a critical and post-structural approach*, Ball (1994) expandiu o ciclo de políticas, acrescentando outros dois contextos ao referencial original: o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política (MAINARDES, 2018).

O Contexto da Influência pode ser compreendido como sendo o macro contexto, um território de disputas. Para Mainardes (2018), é nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e acerca do que significa ser educado. Atuam, nesse contexto, as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também neste contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. Compreende-se, assim, que o Contexto da Influência exerce, de forma impactante, forças de interesses internacionais, contidos no pensamento hegemônico de organismos e de organizações, tanto internacionais quanto nacionais. Assim, a força exercida pelo pensamento hegemônico desses grupos atua de forma expressiva tanto nos grupos sociais, quanto nos campos sociais em que eles atuam. Desse modo, quanto maior for a força exercida por esses grupos, maior será a sua abrangência e domínio. Entendemos, dessa forma, a influência exercida por estes grupos hegemônicos no contexto das políticas educacionais.





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

Quando apreendemos a respeito das Políticas Educacionais Inclusivas para o Ensino Superior, ressalta-se que, na medida em que o aparato legal assegura e promove o acesso, a permanência, o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES), a própria instituição produz a sua política institucional. Tal processo de produção da política institucional pode ser considerado como o Contexto da Produção do Texto.

Conseqüentemente, o Contexto da Produção do Texto refere-se ao espaço em que as políticas são traduzidas para discursos e, geralmente, passam a estar mais bem articuladas com a linguagem do interesse público em geral. Nesse contexto, é possível observar a existência de interesses dos grupos hegemônicos – que influenciam as políticas – e os interesses da população, por meio da conexão com os elementos que permeiam o senso comum. Assim sendo, utilizar o Ciclo de Políticas para a apreensão da produção das políticas educacionais do ensino superior que atendem aos estudantes com deficiências permite compreender que essa produção de textos resulta de ações de grupos que disputam interesses em políticas que favoreçam a estrutura e o domínio hegemônico. Diante disso, é importante sinalizar que as disputas acontecem mediante os interesses contidos nas ações firmadas por cada grupo em disputa, evidenciando as características destes em relação à sociedade.

No interior das instituições é onde a política está sujeita à interpretação e à recriação de acordo com a realidade da IES e a sua localidade. É nessa localidade que a política produz efeitos e conseqüências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Dessa forma, compreendemos que as arenas são: IES e locais de atuação dos profissionais da educação. Por sua vez, os grupos de interesse são: professores e demais profissionais que tem papel ativo na aplicação das políticas. Ou seja, trata-se da própria ação e a atuação dos envolvidos (atores) na produção da política institucional.

Vale destacar que a atuação dos atores na prática da política educacional institucional inclusiva na IES permite que essas ações se tornem ações transformadoras da realidade local, tendo como princípio o posicionamento ético, social e crítico dos atores envolvidos.





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

Nesse sentido, o Contexto da Prática, segundo Ball e Bowe (BOWE et al, 1992), é o lugar onde a política está sujeita à interpretação e à recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Para os autores, o ponto chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro dessa arena (contexto da prática), mas são sujeitas à interpretação e, então, são recriadas conforme a realidade da localidade, respeitando as especificidades e os atores envolvidos na interpretação da política educacional e na sua atuação.

Para Ball, Maguire e Braun (2012), a “atuação política” corresponde ao movimento no qual a política é colocada em ação – tal como em uma representação teatral ou em uma performance. Esse movimento, segundo os autores, envolve processos criativos de interpretação e tradução. Com isso, entendemos que o Contexto da Prática se caracteriza pela atuação política em si, contendo os significados desta para a localidade e seus diversos atores. Sendo assim, entendemos que as políticas educacionais institucionais apresentadas ganham sentido na atuação em cada Unidade Universitária que compõe a IES/UEMS, com seus atores e cenário a partir da realidade e localidade. Dessa forma, voltamos o debate para as práticas pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com seus atores, que atuam no âmbito da política no interior de cada Unidade Universitária.

2 Política Institucional como Prática da Política

Para a análise do Contexto da Prática mencionado por Ball e colaboradores (1994), este estudo apropriou-se dos documentos: Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI/2021-2025) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI/2021-2025), enquanto políticas institucionais. A análise desses documentos permite verificar que estratégias estão sendo adotadas, a fim de atender a prática da política institucional no que se refere à prática pedagógica do AEE. No que se refere à educação especial inclusiva nos documentos institucionais, pode-se destacar:





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

Quadro 01 - O texto da Política Institucional/UEMS

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/2021 – 2025	
<i>Políticas de Ensino</i>	Institucionalizar a Divisão de Inclusão e Diversidade (DID)
	Meta 1. Criar uma equipe multidisciplinar para análise e acompanhamento do processo de inclusão dos discentes com deficiência.
Projeto Pedagógico Institucional – PPI/2021 – 2025	
<i>Políticas de atendimento ao discente da UEMS</i>	Inclusão e diversidade
	Para atender a essa parcela da população, a Pró-reitoria de Ensino (PROE) tem, na sua estrutura, a Divisão de Inclusão e Diversidade (DID) que é responsável por orientar, coordenar, monitorar e avaliar as atividades desenvolvidas na UEMS, voltadas para a implementação de políticas institucionais para a Educação Inclusiva, visando a prevenção e o combate a toda forma de discriminação de gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual, pessoas com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Fonte: PDI/PPI (2021-2025) – Elaborado pelo Autor

A realidade da IES/UEMS permite que analisemos as práticas pedagógicas referentes ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). No ano letivo de 2022, o número de estudantes da educação especial era de 32 estudantes, tanto em Unidades Universitárias como nos Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Destes, 10 alunos solicitaram auxílio permanente de um profissional de Atendimento Educacional Especializado. As deficiências variam entre: auditiva, cegueira ou baixa visão, motora³, transtornos globais do desenvolvimento, deficiência intelectual, múltiplas deficiências e altas habilidades ou superdotação.

É preciso assinalar, neste contexto, que a matrícula dos estudantes com deficiência é o que assegura o acesso à educação superior. O Censo da Educação Superior 2020, por exemplo, aponta o quantitativo de estudantes com deficiência matriculados nas Unidades Universitárias (UU) da IES/UEMS. Apesar de o número de matrículas desse segmento de público aparecer na estatística, nos documentos PDI e PPI – política educacional superior inclusiva da IES – não é mencionada a forma como o Atendimento Educacional Especializado é ofertado

³ Deficiência Motora – Terminologia utilizada nos documentos PDI/PPI (2021 – 2025), não há informação quanto ao tipo de deficiência motora.



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

nas UUs. No Quadro 02, é possível constatar a presença do estudante com deficiência nas UUs que constituem a IES/UEMS.

Quadro 02 – Número de matrículas de estudantes com deficiência– 2020

UU	Nº de estudantes com deficiência	Tipos de Deficiência			
		Visual	Auditiva	Motora	Intelectual
Amambaí	-	-	-	-	-
Aquidauana	03	-	-	-	03
Campo Grande	08	02	02	03	01
Cassilândia	-	-	-	-	-
Coxim	01	-	-	01	-
Dourados	09	05	-	-1	03
Glória de Dourados	-	-	-	-	-
Ivinhema	02	-	-	01	01
Jardim	01	-	-	01	-
Maracajú	02	-	02	-	-
Mundo Novo	02	01	-	01	-
Naviraí	02	-	-	02	-
Nova Andradina	-	-	-	-	-
Paranaíba	01	-	-	-	01
Ponta Porã	01	01	-	-	-
EAD	-	-	-	-	-
Pós-Graduação	02	-	02	-	-
Total	34	09	06	10	09

Fonte: PPI- 2021

No que se refere ao AEE e à forma como é ofertado, não foi possível realizar sua análise por falta de dados nos documentos que norteiam o trabalho pedagógico desenvolvido.

No entanto, a deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 312, de 30 de abril de 2020, que dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou com superdotação, regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no Art.3, parágrafo IV, evidencia o AEE como sendo: conjunto de estratégias, recursos pedagógicos e de acessibilidade, organizados institucionalmente, de forma a promover a aprendizagem dos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou com superdotação.

Dessa forma, para a análise proposta neste estudo, é necessário tomar a deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 312, de 30 de abril de 2020, como sendo um documento complementar da política institucional. Assim, as práticas pedagógicas do



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

AEE podem ser analisadas enquanto prática da política institucional, mediante o esclarecimento evidenciado pela deliberação.

A prática da política se efetiva na realidade de cada UU que compõe a IES e, desse modo, entende-se que as práticas do AEE, enquanto prática da política, se configuram como um promotor de mudanças nas UU como força ativa, pois, conforme surgem as matrículas dos estudantes com deficiência, as UU ressignificam as políticas educacionais para atender as necessidades emergentes, ou seja, ressignificam-se a partir da realidade que estão vivenciando.

3 A Prática da Política e a Política Institucional na Prática

No que diz respeito à prática da política, pode-se elencar as ações contidas no PPI 2021 (UEMS, 2021)

- a- Assegurar que os recursos e serviços de atendimento pedagógico especializado constem nas propostas pedagógicas e nos projetos pedagógicos de cursos;
- b- Colaborar na organização do ensino, via Projeto Pedagógico de Curso (PPC), considerando as formas previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), proporcionando ao estudante com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação um percurso educacional que contemple as necessidades de aprendizagem de todos os alunos.

Esta prática da política institucional tem a sua origem na ação dos Professores do AEE em cada unidade, quando, por meio da participação da elaboração da proposta do PPC apresentam as ações a serem contempladas visando à significação da política, desde o contexto macro até a localidade. Dessa forma, entende-se que, para que as ações dos professores do AEE se efetivem, ressignificando a prática da política, como estratégias provenientes da atuação da política institucional, é





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

necessário que os professores do AEE estejam em constante articulação com outros setores da UU.

Dessa forma, entende-se que as práticas pedagógicas do AEE se efetivam, ressignificando a política na prática, como estratégias provenientes da atuação da política institucional. Assim, as práticas pedagógicas do AEE podem ser compreendidas como sendo ações que viabilizam, em articulação com demais órgãos da gestão da UEMS, o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem, a progressão e a terminalidade do curso de graduação, por meio da oferta de serviços, apoios e condições de acessibilidade que promovam a inclusão, primando por organização curricular flexível, recursos humanos, recursos didáticos e estrutura física, de acordo com as necessidades educacionais dos estudantes.

A ação mencionada é uma prática da política institucional no âmbito da educação inclusiva, que é ressignificada no interior de cada UU, em que o professor do AEE, em articulação de ações pedagógicas com a Coordenação de Curso e demais professores, promovem as intervenções necessárias nas práticas docentes, flexibilizando os conteúdos programáticos e o currículo para o estudante, buscando que a aprendizagem significativa seja colocada em prática.

4 Conclusão

Conclui-se que as ações pedagógicas desenvolvidas pelo AEE possibilitam a análise de que a política institucional da UEMS se manifesta num movimento no qual a política é colocada em ação, pois os atores que encenam o ato de colocar a política em ação são os principais atores que vivenciam a política em si.

A prática pedagógica evidenciada no Atendimento Educacional Especializado para o acadêmico com deficiência pode ser compreendida como sendo a política institucional na prática. A prática pedagógica do AEE possibilita a análise de que o Contexto da Prática é efetivado perante as ações que promovem a pesquisa, o ensino e a extensão firmados como proposta da IES para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado.





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

No contexto da prática pedagógica do AEE, a integração da pesquisa desenvolvida pelas disciplinas permite ampliar o estudo e as práticas do AEE no que diz respeito ao ensino e a aprendizagem. Tal ação, desenvolvida no AEE, favorece a imersão do estudante na prática por meio de pesquisas bibliográficas, laboratoriais e de campo.

Some-se a isso o fato de que a extensão tem grande alcance pedagógico, que é contemplado pela ação pedagógica desenvolvida nos atendimentos do AEE, pois possibilita ao estudante a vivência de sua realidade social. É por meio dela que o sujeito em formação acadêmica e profissional irá formando a sua nova consciência social. Por conseguinte, o elo entre a extensão de pesquisa, as atividades de vivência prática e o AEE criam um espaço de formação pedagógica própria e insubstituível para o acadêmico.

Nesse sentido, as atividades de vivência prática, o desenvolvimento da extensão de pesquisa e o AEE, como resultantes da mediação sistematizada de retorno dos benefícios do conhecimento à sociedade, exigem da universidade criatividade e competências com vistas à elaboração de projetos como canais efetivos para este retorno. Com isso, entendemos que a dimensão pedagógica contida no AEE como viés para a extensão tem buscado ser, de forma efetiva e ativa, intrínseca ao exercício pedagógico do trabalho acadêmico.

Entretanto, a prática da política tem encontrado dificuldades no que se refere à ressignificação da política institucional no interior da UU. Assim, o ato de reelaborar e ressignificar a política no interior de cada localidade ainda não rompeu com a estrutura engessada apresentada, e as disputas dos *habitus* apontam o *capital social* ocupado pela educação especial inclusiva no interior da IES.

Vale destacar, ainda, que a prática de reproduzir o que está posto pelo aparato legal e pela política institucional apresentam o engessamento existente nos grupos sociais que viabilizam a produção do texto de acordo com a realidade institucional, e que as relações sociais estabelecidas preocupam-se em atender e manter os interesses que perpetuam a presença de *habitus* hegemônicos, sendo estes muitas



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

vezes contraditórios com a ação inclusiva, que exige dos atores envolvidos o posicionamento ativista transformador.

Dessa forma, entende-se que a política institucional apresenta limitações no que se refere ao Contexto da Prática, pois o conhecimento produzido “nem sempre” corresponde ao conhecimento teórico-prático e crítico, que precisa ser posto a serviço da melhoria coletiva, da sociedade.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **How schools do policy: policy enactments in secondary schools**. London: Routledge; New York: Taylor & Francis Group, 2012.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology**. London: Routledge, 1992.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 12, n. 16, p. 1-19, ago. 2018.

UEMS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025**. Disponível em: <http://www.uems.br/assets/uploads/proap/planejamento/1_2018-06-08_15-01-47.pdf>. Acesso em: mar. 2022.

UEMS. **Projeto Político Institucional 2021-2025**. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/proap/planejamento/2_2021-02-04_14-55-42.pdf Acesso em: mar.2022.

UEMS. **Deliberação CE/CEPE-UEMS No 312, de 30 de abril de 2020**, que dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/paginas/inclusao/1_2022-08-30_17-32-54.pdf. Acesso em: 28 de out. 2022.